

Correspondência de Alexis de Tocqueville e Arthur Gobineau

TOCQUEVILLE, Alexis de. Œuvres complètes: correspondance d'Alexis de Tocqueville et d'Arthur de Gobineau (tomo IX). Paris: Gallimard, 1959.

Daniela Tranches é doutoranda em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

Helga Gahyva é socióloga, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em abril de 1843, Arthur de Gobineau (1816-1882) foi apresentado a Alexis de Tocqueville (1806-1859). Por essa época, o futuro autor do *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853 – 1855) era um relativamente jovem erudito, sedento de reconhecimento, às voltas com os constantes constrangimentos financeiros de sua vida na capital francesa. O já célebre autor de *A democracia na América* (1835 - 1840), por sua vez, dedicava-se à elaboração de um estudo que seria apresentado à Academia de Ciências Morais e Políticas: *L'Etat des doctrines morales au dix-neuvième siècle et sur leurs applications à la politique et à l'administration*. Para cumprir a tarefa, ele contratou Gobineau como seu “assistente de pesquisa”.

Iniciava-se uma amizade que legou à posteridade um volume de correspondência que se inicia em 1843 e só termina no ano do falecimento de Tocqueville. Pequena parte deste diálogo entre ele e Gobineau, ainda em seu primeiro ano, segue traduzida abaixo. Trata-se de discussão provocada pelo trabalho encomendado pela Academia. Tocqueville ambiciona identificar o fundo cristão da moral moderna. Gobineau, sua senha de acesso aos principais autores do idealismo alemão e da filosofia utilitária inglesa, inclina-se ao lado oposto, apontando descontinuidades lá onde seu interlocutor reconhece apenas permanências.

Inédita em português, a correspondência entre eles conheceu duas edições. A primeira, incompleta, veio a público em 1908, fruto do empenho do primeiro biógrafo de Gobineau, Ludwig Schemann. Utilizamos aqui a edição integral, publicada em 1959, correspondente ao nono tomo das Obras Completas de Tocqueville, organizadas por Jean-Paul Mayer.

A.de Gobineau a A.de Tocqueville

Paris, 8 de setembro 1843.

Senhor,

Eu recebi honrado, esta manhã, a carta que fizestes a honra de me escrever. Pensei muito sobre a questão um tanto árdua que me endereçastes e, sob a impressão muito viva de vossas observações, creio que me será mais fácil responder do que se esperasse mais tempo. De resto, desejai-vos que minha resposta seja uma conversa; peço que perdoeis o desconexo e mesmo incompleto.

Acredito que há realmente uma nova moral na Europa desde os últimos anos do século XVIII. No entanto, é necessário prestar atenção sobre o alcance desta asserção; a moral

que penso entrever a existência não é um corpo de doutrinas solidamente ligadas e vigorosamente defendidas por seu princípio, como é, por exemplo, a moral cristã. Trata-se antes de uma reunião ainda bastante incoerente de conseqüências tiradas de princípios ainda mal definidos para a maioria. Isto não quer dizer que se possa desconhecê-la; mas que ela ainda está reduzida ao estado de teoria abstrata. Parece-me, ao contrário, que ela é mais visível ainda nos fatos do que nos livros.

Essa moral é, sem nenhuma dúvida, saída do seio do cristianismo, mas no mesmo sentido no qual a moral cristã remonta a Sócrates e que as idéias deste filósofo encontravam suas fontes, por sua vez, nas máximas de uma sabedoria mais antiga. O que conferiu desde os primeiros tempos aos defensores da Igreja uma grande simpatia pelas idéias de benevolência e de ordem nas sociedades foi o fato de todos eles terem saído das classes oprimidas, de terem conhecido o lado ruim do direito da força, e de estarem satisfeitos em se defender contra a violência proclamando a obrigação do amor e da bondade. Como obscuros artífices surpreendidos todos os dias pela miséria que os rodeava, pelas dores de toda natureza que afligem o pobre, poderiam subtrair-se ao desejo de sujeitar o braço dos mais fortes? A mais simples política não cria leis para conquistar as populações, promulgando regras que lhes seriam mais amenas? Eis aí qual foi o ponto de partida, a base da moral cristã, uma razão individual, um instinto, um sentimento, ao invés de uma convicção refletida e racional do que deve ser.

A grande questão era a fé: para os pagãos, para os filósofos, como para os cristãos; de qualquer jeito, era necessário crer em um corpo de doutrinas religiosas. A única coisa importante na vida era conhecer o destino do homem depois da morte. Os seguidores de Júpiter não eram menos possuídos desta persuasão do que os Epicuristas ou os seguidores dos apóstolos. Toda a vida moral do homem resumia-se a um princípio estranho à Terra. E, no entanto, não se pode negar, o cristianismo fazia, por um lado, grandes concessões ao homem terrestre. Ele não procurava destruí-lo antes do tempo, pois interditava o suicídio, tão fracamente combatido pelas doutrinas pagãs. Ele ordenava mesmo, à imitação da lei judaica, certas máximas que, assim como a higiene mosaica, tendiam à conservação do indivíduo; enfim, pelo fato mesmo da proteção com a qual cobria as virtudes benevolentes, tentava tornar a humanidade mais tolerável do que ela jamais o tinha sido. Era um esforço, uma melhora, mas também quase uma inconseqüência, caso se tome o fato segundo um ponto de vista geral.

Proclama-se, em alta voz, dentro da nova doutrina, este axioma: *o sofrimento é santo*. Sem nenhuma dúvida, atentava-se para o sentido tocante desta máxima. Mas a conseqüência não era menos funesta, porque ela justificava completamente a existência do sofrimento. Como um governo poderia tentar erradicá-lo? Tudo o mais a caridade individual procurava atenuar; a fundação de um hospital, algumas assistências distribuídas aos prisioneiros satisfaziam completamente um ideal de moralidade pouco exigente. Porque, novamente, ser bom, ser benevolente com seus semelhantes, era um dever de uma importância bem menor do que o de crer. Quem não acreditava não tinha virtude; isto me parece, senhor, uma grande causa de mediocridade no princípio moral do cristianismo. Fazendo tudo repousar sobre a fé, acarretava um tipo de insignificância relativa a todos os outros poderes da alma. Reduzindo-lhes sua importância absoluta, eles se perdiam no meio da glória da qual desfrutava unicamente a fé, e tornava-se fácil não os praticar, ou praticá-los mal, *a fortiori*. A grande questão era a salvação, e a salvação não se fazia em nenhuma parte mais claramente do que em um recolhimento

profundo no qual, tanto sem tentações como sem deveres sociais, tinha-se poucas ocasiões para ser útil aos homens; enfim, eu creio que se pode dizer sem injustiça que a moral cristã limita-se quase a não prejudicar, e ultrapassa por muito pouco este limite. Claro que as associações verdadeiramente benevolentes encontram nas máximas que ela emite todas as razões possíveis para fazer o bem. Eu falo aqui apenas dos princípios determinantes sob os quais ela se funda.

Quando esses fatos são admitidos (e quer os consideremos muito rudes ou até mesmo muito amenos, creio ser difícil despojá-los do núcleo de verdade que eles contêm), não se pode mais duvidar de que a questão moral seja considerada pelos contemporâneos de modo bastante diferente do que o era pelos fundadores do cristianismo. A moral, hoje, dirá a voz da maioria, não pertence propriamente nem ao catolicismo, nem às doutrinas protestantes; um mulçumano, um pagão pode ser tão elevado moralmente quanto o mais austero eremita. Achareis sem dúvida, como eu, senhor, que essa opinião geralmente difundida no presente é notável, em mais alto grau, na medida em que desloca completamente as bases sobre as quais repousava a moral, desde o começo dos tempos históricos. Seu primeiro ato é separar a cadeia de relações que unem os homens entre si da maneira como tal religioso considera as relações do homem com Deus. Ela repousa no santuário fechado da consciência a crença nos mais diversos dogmas, e ao mesmo tempo dá uma consagração incontestável à liberdade religiosa. Com efeito, os diferentes cultos jamais pleitearam a expulsão uns dos outros, diante do poder temporal, senão se acusando reciprocamente de doutrinas imorais ou perigosas para a ordem social. Quando se coloca como princípio que aquilo que se crê para a vida futura não envolve em nada o que se fez ou se deve fazer pela vida presente, torna-se difícil ao magistrado encontrar um pretexto para intervir nas querelas das seitas. Eis aí, desde o primeiro passo, uma grande e feliz inovação devida ao espírito de nossa época. Ela é considerada duplamente interessante, primeiramente, por causa do resultado a que venho vos submeter e, em seguida, porque ela é quase nova na história do mundo: eu não creio mesmo que a semi-tolerância dos antigos pelos diferentes cultos seja-lhe em nada comparada. Naquele tempo, o Panteão podia receber facilmente um novo Deus; hoje, apenas se respeita aquilo que se vê, que se toca, e apreende-se pela experiência e pelo longo atrito das idéias que as virtudes não eram patrimônio de uma opinião religiosa em detrimento das outras.

Esta não é a única mudança ocorrida nas idéias do mundo. À medida que se preocupava menos com a vida futura, desejava-se mais esta. Outrora, nela pensar exclusivamente era característica dos espíritos muito leves, ou dos homens de paixões ambiciosas e impetuosas. Toda alma dotada de um espírito sensível logo se voltava às coisas do culto; a terra era desamparada pelas imaginações as mais capazes de servi-la utilmente. Certamente, entre os economistas do último século, entre os filósofos sonhadores que precederam ou sucederam Rousseau, vários chegaram próximos ao ridículo; não se pode negar, entretanto, que esses pensadores freqüentemente bastante exaltados marcaram utilmente sua passagem pela história e serviram para fundar a ordem das idéias mais claras nas quais vivemos hoje. É por volta da metade do século XVIII, sob o império das idéias voltairianas, que se começou a investigar se não seria possível fazer alguma coisa de melhor para a classe baixa do que os asilos. Pela primeira vez se estuda o caráter exato da esmola; pergunta-se qual meta lhe era proposta e qual atingia. Daí vieram os estudos freqüentemente mais entusiastas do que judiciosos sobre o valor da terra, sobre o valor do dinheiro, sobre a circulação do dinheiro, sobre o caráter da

riqueza, sobre as causas que a esgotam ou a aumentam. Muitas das loucas teorias, muitas das ingenuidades faustuosas impopularizaram esses primeiros esforços, mas não se pode esquecer que eles marcaram os primórdios de uma nova ordem de coisas no mundo, e que Floriano era, talvez, a passagem necessária para se chegar a Goethe. Desde o reinado de Luís XVI sente-se a influência das novas idéias; às tarefas diversas já impostas ao governo, quer-se somar outra; uma maior, mais augusta e sobre a qual não se falou jamais anteriormente. Era necessário que o Estado se ocupasse dos pobres.

Nas idéias cristãs, pode-se compreender o que tornar-se-ia esta máxima. A esmola de bom grado comprava a preguiça e o afeto do crente, para poupar qualquer pena a seu irmão, e dispensava-o de todo esforço fatigante. Não é mais assim, doravante, que se compreende a caridade. Não se ocupa mais do homem, não se inquieta mais com aflições particulares. As circunstâncias exteriores que incitam a piedade tornaram-se tão vazias; em uma palavra, não se deseja mais sentir compaixão pelo homem, inquieta-se somente com a humanidade. Deste ponto de vista, o sofrimento não é mais santo. Como a peste, como todos os flagelos, é necessário extirpá-lo. Eu não me apiedarei mais sobre o infeliz de modo a lhe dar uma assistência passageira; gostaria de colocar o governo para erradicar a pobreza e criar, em nome da utilidade social, um trabalhador, que em sua qualidade de homem não deve ficar inativo. Eis aí qual é a teoria.

Todo mundo tem um direito igual ao trabalho. Não é esta uma máxima bem nova e diferente daquela do Cristo que disse após Moisés: *o homem está condenado ao trabalho.* O que era uma pena se transforma em uma prerrogativa, e uma prerrogativa em nome da qual todo membro do corpo social tem o direito de não sofrer da miséria e da indigência. O que a moral ganha de força e dignidade em semelhante princípio não se saberia colocar em questão; já a relação do trabalho e da virtude tinha sido entrevista pelos antigos e constatada mesmo pelo cristianismo; mas tanto em um, como no outro, a afirmação era deixada em um estado de inação completamente infecundo. O sábio devotava-se à prática de suas verdades quase transcendentais. Há mais: entre os antigos, pouca coisa além do trabalho do espírito servia ao desenvolvimento da moralidade; aqui, a diferença é, de uma maneira bem surpreendente, em favor das novas teorias. As ocupações manuais não são mais excluídas. Sabe-se que, por mais de um lado, elas afetam os mais sublimes estados de inteligência; hoje Plutarco não seria bem vindo ao repetir o que disse, eu creio, através da vida de Camille, que uma alma elevada pode admirar o Júpiter de Phidias, mas que não desejaria ser seu autor. Na verdade, a arte é como intermediária entre a ciência e a matéria, disseram os saint-simonianos, e esta verdade hoje geralmente acolhida coloca os artesãos em uma posição mais interessante do que aquela que lhes relegava o mundo antigo. Desta mudança na maneira de considerar as ocupações das classes baixas saiu ainda um princípio que não é totalmente estranho ao cristianismo, mas ao qual nosso tempo dá uma significação muito mais larga e ampla; trata-se do direito dos pobres à instrução. Hoje a necessidade de esclarecer o povo é pouco controversa, e não se trata apenas de lhe ensinar os primeiros princípios da lei religiosa. O que se pretende fazer é iniciá-lo tanto quanto possível nos progressos científicos e literários; em uma palavra, é chamá-lo a compartilhar os prazeres do espírito.

Tem-se levado esta atividade de benevolência humana bem mais longe ainda. Tem-se ocupado dos prisioneiros. Diz-se, com Voltaire, que um enforcado não é bom para nada, e se tem procurado um meio de tornar os culpados bons em alguma coisa. Nesta difícil

procura, tem-se guiado, como em outros lugares, pela firme vontade de melhorar a posição da humanidade sobre a Terra; tem-se, em resultado, mais moral, mais indulgência, mais misericórdia do que os cristãos poderiam ter. O que têm feito há quarenta anos os publicistas que se ocupam do destino dos detentos? Eles têm somente comparado, alternadamente, os direitos da sociedade para punir e os direitos dos culpados em serem poupados. Os *direitos* do culpado. Eis aí certamente uma aplicação totalmente moderna da palavra direito; outrora o reconhecido culpado encontrava, além da punição legal, mil torturas suplementares das quais ninguém pensava em lhe libertar, e que pareciam uma conseqüência natural de sua culpa. Concebe-se, em nossos dias, que matéria tão séria como a vida de um homem merece a mais razoável consideração, e, indubitavelmente, esta é uma aplicação que, freqüentemente exagerada por uma filantropia muito desnorteada, não testemunha aqui menos em favor do progresso e da novidade de nossas ideias sobre a moral.

É fácil concluir de tudo o que precede que a base dessas novas idéias é o interesse. Mas não é mais, propriamente falando, esse *interesse bem compreendido* que, no ultimo século, os inovadores opuseram às zombarias dos ortodoxos, perguntando qual sanção tinha a virtude. O interesse bem compreendido se endereçava ao homem isolado; ele dizia-lhe: não roubes, tu serias aprisionado; não mates, tu serias supliciado; trabalhes, tu ganharias. Sobre quase todos os pontos, esta argumentação muito frágil se deixava facilmente derrotar. Se um homem encontrasse a satisfação de uma paixão imperiosa ou a certeza da impunidade, era colocado, de repente, acima do princípio do qual fluiu toda moralidade. Hoje a doutrina do interesse tomou outro caráter. Este interesse não é mais limitado em sua natureza aos prazeres, aos resultados materialmente apreciáveis da virtude; uma psicologia erudita científica é sua razão primeira, e a humanidade inteira, o círculo no qual ele se move. Ele tem ainda outra causa determinante.

O cristianismo bania severamente as paixões; a moral atual se mostra, para elas, indulgente, e não renuncia a moralizá-las, porque muitas lhe parecem úteis. Assim, o amor ao luxo e aos prazeres materiais não é mais um mal. Se, ao contrário, o trabalho de um homem é intensificado pelo desejo de aumentar seu bem estar, a necessidade do bem estar torna-se, neste caso, uma coisa boa em si e recomendável. Pode-se ir mais longe: toda satisfação moderada que não engendre qualquer inconveniente para o próximo não contraria a moral de nossa época. Vedes assim, senhor, que o círculo da doutrina do interesse travestiu-se de menores dificuldades. Todo homem, agindo sob a influência das idéias ordinárias e em um meio semelhante ao da maioria, terá, na verdade, menos dificuldades do que no passado para se dobrar a uma moral mais indulgente para com seus pecados naturais, ainda que seja necessário dizê-lo, ela seja não menos rigorosa para tudo o que possa ferir suas relações pacíficas e inocentes com os outros membros do corpo social.

Eis aproximadamente, creio, aquilo que constato de novo no aspecto que oferece o tipo de moralidade que se fez em nosso tempo. Não ousa me aventurar muito longe; eu deixo de lado o que as opiniões dos fourieristas, dos socialistas de toda espécie têm de muito especial e, pode-se bem dizer, de muito aventureiro. A opinião que essas diferentes seitas sustentam é, em maior parte, derivada do fundo comum ao qual eu venho tocar. As idéias sobre o casamento, sobre a propriedade, sobre a educação, sobre a direção útil a dar aos gostos, às paixões dos indivíduos, foram contestadas por esses partidos filosóficos. Entretanto, não me parece que seja necessário aqui muito se

preocupar. Os partidários dessas doutrinas muito avançadas são bastante raros; e nenhum dos códigos que eles reconhecem está ou parece estar em vias de fazer seguidores a partir de agora mais numerosos. Creio que fixando, como principais marcos ao menos, os diferentes pontos que eu venho ter a honra de vos assinalar, caminhar-se-ia com mais certeza de permanecer na opinião geralmente admitida sobre a moral.

Devo voltar alguns passos atrás; eu disse há pouco que a base do edifício parecia-me ser, ainda, o interesse. Considerei que os motivos filosóficos estendiam e enobreciam esse interesse; creio que devo acrescentar também, para ser mais claro, que é infelizmente em sua base que o sistema atual é frágil. Concebe-se que as antigas religiões tinham um meio mais fácil de enobrecer a moral, colocando-a sob a égide da divindade. Agora a fizemos descer sobre a Terra, e não se pode ainda descobrir de que ela resulta. Além do mais, inúmeros espíritos não percebem muito claramente que ela não pertence mais ao cristianismo. Tais espíritos encontram-se tanto entre os protestantes quanto entre os católicos. Outros a reportam ao princípio estreito do puro voltairianismo. Para outros, ainda, ela se torna uma espécie de filantropia mais sentimental do que refletida e que se perde muito facilmente. Eis aí, portanto, a que se pode resumir hoje a história contemporânea da moral: é um trabalho crítico de uma dificuldade imensa que o homem faz sobre si mesmo. De uma parte, como notais com muita precisão, ele reabilita a caridade; de outra, ele impede o espírito de sofrer por causa desta reabilitação e de fenecer uma vez mais. Os resultados são evidentes, e creio que é justo, frequentemente, o homem se mostrar satisfeito; mas, como em toda coisa que começa, não se tem definido com muita felicidade o que se tem encontrado, o que está ainda a apreciar; este é um país que se decifra cuja circunferência é desconhecida, cujo centro não se descobriu e que já rende frutos. Aqui concluireis, talvez, que não é bastante adequado fazer precipitadamente uma história da obra ainda em seu começo, uma história sobretudo que deve se deter até 1830, momento no qual as idéias pegaram um impulso todo particular, e desde o qual elas têm feito progressos tão reais; mas, senhor, esta é a tarefa da Academia, e uma história, por não ser completa, não é menos interessante.

Termino aqui minha carta, pois me parece que não tenho mais nada a dizer. Entretanto, eu a guardarei aberta até amanhã, e se me vier ainda qualquer idéia a anotarei, como *post-scriptum*. Espero, senhor, que me façais numerosas observações, e farei todos os meus esforços para preencher as lacunas que sem dúvida deixei. Adeus, senhor, sejais indulgente; eu vos enviarei em oito dias o que extraí de Priestley e de Bentham. Apresente minhas respeitadas homenagens à Madame de Tocqueville e credes bem na delicada afeição e no devotamento sincero de vosso bem obediente servo.

Arthur de Gobineau.

(Arquivos Tocqueville, dossier 22. Esta carta, que não figura na edição de Schemann, foi publicada por J.-P. Mayer, ds. *La Nouvelle Revue Française*, de 1º de abril de 1995, pp. 758-768)

A. de Tocqueville a A. de Gobineau

Tocqueville, 2 de outubro de 1843.

Recebi, senhor, vossas duas análises de Priestley e Bentham. São dois trabalhos muito bons e que se coadunam mais, em minha opinião, à idéia da obra que faremos do que aqueles outros que tendes executado para mim. Eu creio que Bentham tinha, relativamente à doutrina da utilidade, alguma coisa de mais dogmática e de mais explícita do que seu grande livro sobre as recompensas e as penas. Estou errado?

Refiro-me agora à grande carta que me escrevestes há três semanas. Não desejo aqui a responder em detalhes; para isso seria necessário um livro. Minha intenção é somente a de bem colocar a questão entre nós e, partindo disso, saber como dirigir nossos trabalhos. Eu confesso-vos que professo uma opinião absolutamente contrária a vossa sobre o cristianismo. Ele é, em minha opinião, muito mais diferente daquilo que o precede do que o que pensais, e somos bem menos diferentes dele do que dissestes. Não sou crente (o que estou longe de dizer para me vangloriar), mas, por mais incrédulo que eu seja, não pude jamais me defender de uma emoção profunda lendo o Evangelho. Várias doutrinas nele contidas, e as mais importantes, surpreendem-me sempre por sua novidade, e seu conjunto, sobretudo, forma qualquer coisa de inteiramente diferente do corpo de idéias filosóficas e de leis morais que tinham regido anteriormente as sociedades humanas. Não concebo que, lendo esse admirável livro, vossa alma não experimente, como a minha, aquele tipo de aspiração livre que causa uma atmosfera moral mais vasta e mais pura. Quando se deseja criticar o cristianismo é necessário prestar atenção a duas coisas.

A primeira é esta: o cristianismo nos chegou através de séculos de profunda ignorância e grosseria, de desigualdade social, de opressão política; ele era uma arma nas mãos dos reis e dos sacerdotes. É justo julgá-lo por si mesmo, e não pelo meio através do qual ele foi obrigado a passar. Quase todas as tendências exageradas, quase todos os abusos que vós reprovastes, freqüentemente com razão, no cristianismo, devem ser atribuídos a essas causas secundárias - creio que me seria bem fácil de prová-lo -, e não ao código de moral cujo primeiro preceito é esta simples máxima: amais Deus de todo vosso coração e vosso próximo como a vós mesmo, isto inclui a lei e os profetas.

A segunda coisa a qual é preciso atentar é que o cristianismo não é uma filosofia, mas uma religião. Ora, há certas doutrinas que fazem necessariamente parte de uma religião, qualquer que ela seja, e que não precisamos atribuir ao gênio particular de ninguém. Tal é o *mérito atribuído à fé, a utilidade, a necessidade da fé, a insuficiência das obras sem a fé* e, por conseqüência, em certa medida, a intolerância da qual vós, com felicidade, nos considera isentos. Tudo isso é inerente às religiões. Este mal é ligado necessariamente ao bem que elas podem produzir. Não se pode ter um sem o outro. E, por minha conta, estou convencido, confesso-vos, que o mal que essas idéias fazem à moral é bem menor do que aquele que ela sofre quando vem a perder a sanção necessária que a fé lhe dá. Quanto mais eu vivo, mais percebo que menos os povos podem prescindir de uma religião positiva; isto me torna menos severo do que o senhor sobre os inconvenientes que apresentam todas as religiões, mesmo a melhor.

A maior parte dos traços nos quais credes reconhecer uma moral nova são para mim somente os sinais que têm sempre acompanhado o enfraquecimento de uma fé religiosa.

Quando não se crê mais em uma religião, não se coloca nenhum valor moral na fé e apenas se estima os atos em si mesmos. Isto é bem claro.

Da mesma maneira, quando a noção de outro mundo se torna obscura, é natural que os homens que não podem prescindir da lei moral procurem encontrar a sanção nesta vida, e criem todos esses sistemas que, sob diferentes nomes, pertencem à doutrina do interesse.

Da mesma maneira, quando se perdem de vista os prazeres celestes, é simples que os homens liguem-se cada vez mais aos únicos bens que lhes restam, aqueles do mundo; e que estes se realizem tanto mais à proporção que a existência daqueles outros se torne mais problemática.

Creio que tudo isso se vê, em parte, no declínio do paganismo, e repertir-se-á todas as vezes que uma religião perder seu império. Haverá, então, uma multidão que mostrará esses instintos e filósofos que reduzirão tais instintos à doutrina.

Ainda não me considero maravilhado com aquilo que se chama a *reabilitação da caridade*. O cristianismo tem talvez estimulado até o excesso a glorificação do espírito. Mas o cristianismo era uma reação admirável contra seu tempo e o espírito das antigas religiões. Não achais que há uma beleza incomparável nesta luta aberta do espírito contra a matéria triunfante? Se o cristianismo foi levado longe demais com a magnitude de seu esforço, acho que o perigo não era para ser temido, pois todos os instintos da massa dos homens crescem em sentido contrário, e a natureza humana seria restaurada.

Lançando essas idéias sobre o papel de modo confuso e apressado, não tenho por meta vos convencer, mas somente me fazer compreender naquilo que divirjo de vossa opinião. A maior parte das coisas que a vós pareceis novidades em moral me parecem os efeitos naturais e necessários do enfraquecimento da fé religiosa e da dúvida sobre o mundo. Alguma coisa análoga é sempre vista, creio, em circunstâncias semelhantes.

Entre as coisas verdadeiramente novas (e entre estas há várias que acho muito belas) a maior parte me parece derivar diretamente do cristianismo. Do cristianismo aplicado às luzes mais difundidas, a outras formas políticas, a um estado social diferente. Estas são, em uma palavra, novas conseqüências tiradas de um antigo princípio.

A revolução que se opera entre nós, vós a credes, portanto, mais original e mais geralmente benevolente do que eu o penso. Mas vós a vedes, e isto é o importante para aquilo que temos a fazer. A maior parte dos sinais que a manifestam segundo vossos olhos a mostram igualmente aos meus, e quanto mais conseguis os assinalar, mais seu trabalho ser-me-á útil. Creio, por conseguinte, que a espécie de conversação epistolar que temos terá um resultado muito satisfatório, este de precisar, tanto quanto permitido, a direção na qual é necessário conduzir vossas pesquisas e os traços de cada livro ao qual é necessário se fixar. O cristianismo é o grande fundo da moral moderna; tudo isso que nas leis, nos usos, nas idéias, nos sistemas filosóficos vos parece contrário aos dados fornecidos pelo cristianismo, ou somente diferente dele, deve ser reunido por vós e colocado sob a luz, esta é a primeira regra a seguir; pois o que tenho sobretudo a indicar não é a moral de nosso tempo, mas o que ela tem de novo e de diferente daquela que a precedeu. O tema ainda é limitado e de uma imensidão exasperante. O que ele não

envolve? As aplicações diversas serão bem mais difíceis ainda a mostrar do que os novos princípios. As modificações introduzidas há meio século nas legislações civis e criminais, enquanto manifestação desse espírito novo, seriam apenas, se quiséssemos, a matéria de um grosso livro. Quando penso nisso sem parar, vejo-me constantemente à beira de mandar ao inferno seja a Academia das Ciências Morais, que me forçou a esta grande tarefa, seja a política, que me impede de completá-la.

Para voltar a vós, continuais ainda com os autores ingleses, foi o que me dissestes? Eu aprovo este desenho, pois, assim como disse, vossos últimos trabalhos sobre esses autores me parecem excelentes. Creio que antes, fareis bem em retornar a sua Alemanha. Em primeiro lugar, este é um terreno sobre o qual não posso prescindir de vós, porque não sei alemão; segundamente, considero que nossos trabalhos sobre esse ponto de vista não me tem ainda fornecido as luzes que me satisfazem; pelo menos, deste tipo de luz que eu procuro e que consiste, sobretudo, em mostrar aquilo que é *novo* nos sistemas morais, aquilo que se separa dos fixados pelo cristianismo. Parece-me que Kant vai antes do outro lado do que do lado de cá do cristianismo. Os autores mais modernos que ele têm sobre esse ponto uma filosofia diferente? Por favor, vos peço, dai atenção especial a esse lado do assunto. Quanto aos autores franceses, hesito um pouco em vos demandar preocupação, pois de todos os documentos que necessito, estes são aqueles que me são mais conhecidos e que encontro mais facilmente sob minha mão.

Ser-me-ia mais útil encontrar não os mais novos princípios, mas as aplicações diversas destes princípios nas instituições, principalmente naquelas dos povos estrangeiros; pois isto é o que me é mais difícil conhecer. Tomarei como exemplo vossas próprias idéias.

Dizeis, com razão, que um dos traços característicos de nossas opiniões morais é o de se ligar somente às obras, independentemente da crença. Isto se manifesta nas leis modernas, que têm dado os mesmos direitos, imposto os mesmos deveres e tratado da mesma maneira os homens de todas as seitas cristãs. Isto se estendeu na França até os judeus. As legislações estrangeiras, as obras de direito estrangeiro devem conter traços menos visíveis, mais ainda muito sensíveis, deste mesmo espírito.

Dizeis que a esmola, de privada, torna-se social; que ela tem sido mais desinteressada, mais esclarecida. Creio nisso em parte, embora não tire do fato as mesmas conseqüências, e que aqui veja, antes, a doutrina cristã de uma época muito civilizada, muito administrada, muito democrática, do que um sistema novo. Os sinais que demonstram essa tendência, estes são os recursos acumulados pelos poderes públicos para vir regularmente, administrativamente ao socorro das diferentes misérias, o aperfeiçoamento, em uma palavra, de todas as instituições beneficentes do cristianismo. É a caridade legal *direta*. Tudo o que puder ser feito nesse sentido, especialmente na Alemanha, deveria ser recolhido com grande apuro.

Há a caridade legal indireta, que consiste em fornecer aos pobres meios fáceis para que eles mesmos consigam sair da situação de carência. Estes são as caixas de poupança e outras instituições do mesmo gênero. Todas as combinações administrativas dessa espécie no estrangeiro são para mim fatos capitais.

Os esforços feitos pelos governos para propagar a instrução, a obrigação social que eles

se impõem de propagá-la; em consequência, os regulamentos, as leis que têm por objeto multiplicar as escolas, facilitar as abordagens, fornecer uma instrução de uma natureza mais democrática; as obras que têm como objeto esclarecer e estimular os governos nessa via entram particularmente em nosso assunto.

Eu não falarei sobre as prisões, nem do direito penal; creio sobre este ponto prescindir de auxílio.

Dizeis que a idéia segundo a qual todo mundo tem direito igual é um axioma de nosso tempo (o que, para dizer rapidamente, não considera mais a idéia de trabalho do que a doutrina cristã segundo a qual todo homem *qualquer que seja* está condenado a um gênero de trabalho ou outro). Quais são os livros modernos, franceses ou estrangeiros, que têm formulado essa doutrina? Em qual legislação houve um esforço para assegurar a cada homem o exercício desse direito?

Poderia ainda vos dizer muito sobre esse assunto. Mas isto é inútil quanto ao presente, porque não terminastes a análise dos filósofos. Quando partirdes, e vos imploro para acelerar na medida do possível, retomaremos esse lado prático do assunto. Mesmo quando não puderdes entrar em grande detalhe, já seria muito fazer para mim a reunião das idéias sobre o que existe nesse gênero, e sobre as fontes que deverão ser mais tarde consultadas.

Termino essa interminável carta vos pedindo para crer em minha mais sincera afeição.

Alexis de Tocqueville.

(Bibl. De Strasburgo, mns 3529. Carta publicada parcialmente por Schemann, pp. 11-20. As passagens: “Eu não sou crente (o que estou longe de dizer para me vangloriar), mas, por mais incrédulo que eu seja” e “este mal é” são inéditas.